

UM PASSO À FRENTE NA INFORMAÇÃO

MORO E DELTAN PELOS ARES



O Juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol foram as mais reluzentes figuras da força-tarefa que conduziu a chamada operação Lava-Jato. Tiveram seus dias de glória e polêmica. Ambos renunciaram a suas carreiras. Moro virou ministro da Justiça de Bolsonaro, saiu em episódio que revelou métodos, digamos, pouco confiáveis. Elegeu-se senador, traindo seu inocente padrinho Alvaro Dias. Dallagnol levou um banho de votos, virou deputado. Agora, perdeu o mandato e está encrencado com desvios de dinheiro. E esse pode ser o caminho de Moro. Nesta EDIÇÃO ESPECIAL um pouco do que vem sendo revelado sobre o inacreditável percurso fora da lei que ambos usaram para se colocarem, falsamente, acima do bem e do mal. Até a casa cair.



ESPECIAL

Quinta-feira, 08 de junho de 2023 - nº 778
Às 13 horas

NOSSO TIME

Diretor Geral: **José Nivaldo Junior**. Dir. de Redação: **Antônio Magalhães**.
Editora Nacional: **Hylda Cavalcanti**. Editor Regional NE: **Severino Lopes**
Dir. de Arte: **Ivan Rodrigues**.

UM EMPREENDIMENTO GLOBALZ CONSULTORIA

AS DELAÇÕES VIRARAM CONTRA OS FEITICEIROS

Sergio Moro e Deltan Dallagnol usaram métodos do Velho Oeste para aplicar a lei. Vulgarizaram o uso de delações pressionadas ou inventadas (ditas premiadas, quanta ironia) como se fossem provas. Essas, sob o signo da dupla, saíram de moda também como fundamentos de conduções coercitivas, inquéritos, processos e muitas condenações. Ser condenado a centenas de anos virou brincadeira. Não podia dar certo. Moro se gabava de que todas as suas sentenças foram confirmadas por instância superior. Agora se sabe que os juízes revisores atuavam sob chantagem, inclusive de cunho sexual. O maior caso está

virando a maior vergonha da Justiça brasileira. Nesta edição especial de feriadão, republicamos artigos e publicamos outros inéditos que, em sequência, ajudam o leitor ainda perplexo a lançar um pouco de luz sobre assunto tão tempestuoso. Colaboradores da Lava Jato e delatores premiados ou não, estão voltando atrás e contando uma versão escabrosa. Até o fim do mês, com o depoimento ao Congresso do advogado Tacla Duran, o mandato de Moro pode ir para o brejo.

Boa leitura.

NADA COMO UM DIA DEPOIS DO OUTRO E UMA NOITE NO MEIO



ESCÂNDALO REVELADO.

MORO TEVE AJUDA SEXUAL PARA ACUMULAR FALSOS PODERES

José Nivaldo Junior

Diretor-geral do Jornal O PODER



Durante anos, enfrentei, no singular, uma luta desigual. Sem sobrosso. Sem modéstia. Na época, sequer O PODER existia. Em artigos esparsos, nas redes sociais, no romance **TUDO PELOS ARES**, denunciei as profundas irregularidades da Lava Jato. Uma operação que chamei, do início ao fim, de ato de justiça, à altura dos enforcamentos do Far West. Moro e sua organização não tinham um dedo de ética além dos justiceiros do Velho Oeste.

MORO SENADOR

Só um fora da curva, no sentido negativo, como Álvaro Dias, daria guarida partidária

a um meliante como Moro. Deu. Perdeu a vaga de senador. E entronizou o maior meliante do Poder Legislativo brasileiro. Que fez voltar os princípios da justiça para as alturas de Hamurabi, com o seu Olho por Olho, Dente por Dente. Uma lástima.

AGORA...

O empresário e político Tony Garcia revelou que ajudou a transformar Sergio Moro no juiz com poderes excepcionais. Ele teria indicado ao agora senador onde estaria um vídeo em que desembargadores do Tribunal Regional da 4a. Região aparecem numa “Festa da Cueca”. Meu Zeus. Quando a gente pensa que o caso é construído com seriedade, aparece uma canalhice dessa. Registre-se: canalhice não pela festa. Cada qual dá o que é seu a quem quer. Canalhice por usar a esbórnica para articulações jurídico- delinquentes.

E ASSIM

Garcia foi preso em 2004, acusado de gestão fraudulenta no Consórcio Garibaldi, e após constatar que apodreceria na cadeia se não colaborasse tornou-se um agente

infiltrado. A Moro, ele informou a localização do vídeo dos desembargadores, no qual, supostamente, estariam de cuecas na suíte presidencial do hotel Bourbon, em Curitiba, acompanhados de garotas de programa.

Com a dica de Tony, o vídeo foi apreendido, num endereço do advogado Roberto Bertholdo em São Paulo, mas Moro não detalhou o que foi feito com a gravação.

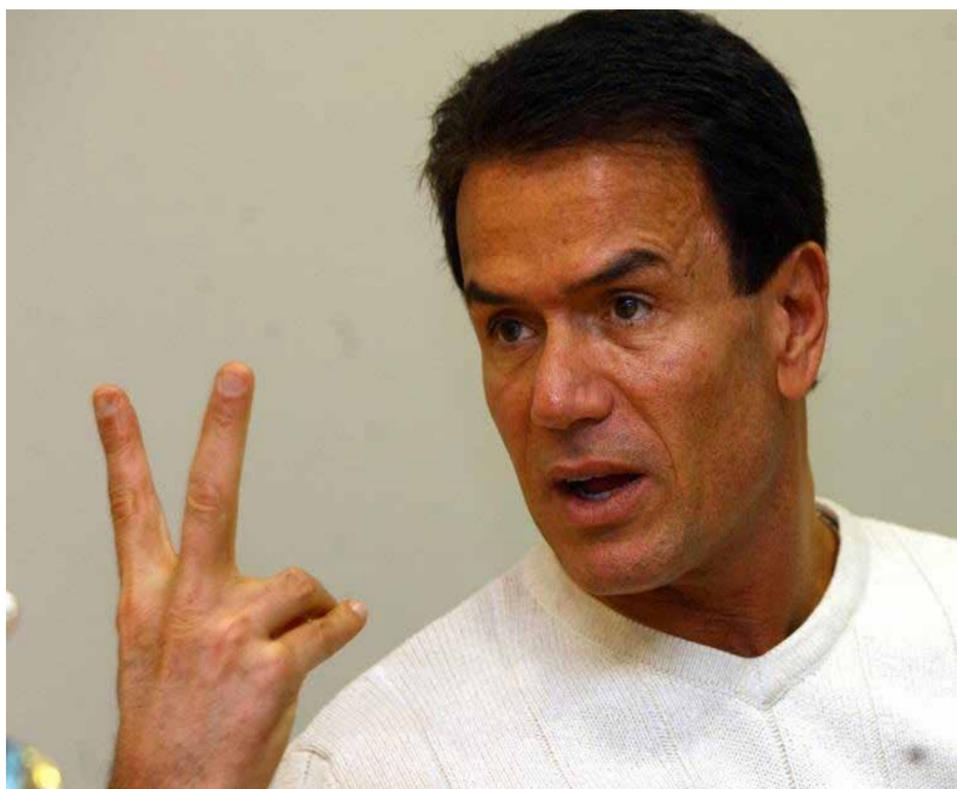
PAROU AQUI?

Tem muito mais. Aguardem cenas dos próximos capítulos.

DENÚNCIA DE EMPRESÁRIO TEM REAÇÃO NO CONGRESSO, CNJ E STF



Com Brasília mantendo expediente nos órgãos públicos só até ontem (7/6) por conta do feriado de



Corpus Christi (que no Nordeste foi trocado pela véspera de São João) e ponto facultativo na sexta-feira, representantes do Legislativo e Judiciário se reúnem desde ontem para a adoção de iniciativas diversas em relação à denúncia feita durante o fim de semana pelo empresário Tony Garcia contra o ex-juiz, ex-ministro e atual senador Sergio Moro (União-PR). Garcia disse que agiu durante anos como um agente infiltrado de Moro para conseguir infor-

mações com políticos, empresários e advogados e repassá-las ao então magistrado.

VÍDEO COMPROMETEDOR

Tais dados, segundo ele, deram a Moro vantagens políticas e situação confortável em relação aos integrantes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Paraná (TRF-4). Citou, entre estas informações, o vídeo de uma festa realizada em 2003 da qual participaram vários desembargadores do TRF 4 com prostitutas, que ficou conhecida como “festa da cueca”. Segundo ele, com essas e outras informações, Moro consolidou poder na base da “pressão” e da “chantagem” (nas palavras do empresário) que o permitiram fazer os pedidos que quis no inquérito da Operação Lava Jato no âmbito do Tribunal, além de apoio dos desembargadores às suas decisões.

“DELATOR DA LAVA JATO”

Na Câmara, o deputado Rogério Correia (PT-MG) foi o primeiro a agir: apresentou requerimento para que Garcia, que está sendo conhecido como “delator da Lava Jato”, seja ouvido o quanto antes em au-

diência pública na Casa. “O depoimento nos ajudará a esclarecer denúncias de possível uso do Judiciário para fins políticos, em especial neste episódio”, afirmou. Parlamentares da base aliada do governo acham que, como Garcia disse ter sido vítima de coação para produzir provas ilegais contra agentes públicos – e assim ganhar benefícios na Justiça, – isso pode levar à cassação de Moro como senador e até à cassação do seu registro de advogado. No Senado, o ambiente é de menos repercussão, mas também tenso. “Ninguém tem dúvidas que o Moro vive uma situação constrangedora, mas estamos trabalhando para que ele seja poupado até a apresentação de fatos mais concretos”, disse um senador próximo do ex-ministro e ex-juiz.



PERÍCIA PARA CONFIRMAÇÃO

No Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apesar de nenhum conselheiro ter feito qualquer pronunciamento oficial sobre o caso, a questão tem sido alvo de comentários internos. Até porque o órgão recebeu um recurso do juiz Eduardo Appio, que foi afastado da 13ª vara federal de Curitiba – e que anos atrás era ocupada por Moro. Appio foi retirado da titularidade da vara pelo acolhimento, por parte da corregedoria do TRF 4, da denúncia de que é o autor de mensagem de áudio sem identificação na qual foi feita uma ameaça ao desembargador federal Marcelo Malucelli. De acordo com os advogados de Tony Garcia, o afastamento pode ter acontecido porque Appio estaria disposto a subir o processo dele e a história do vídeo para o Supremo Tribunal Federal (STF).

AÇÃO NO STF

A vara, depois do afastamento do juiz, voltou a ser ocupada pela juíza Gabriela Hardt, considerada “discípula” e apadrinhada de Moro. Caberá aos conselheiros do CNJ, por-

tanto, decidir nos próximos dias sobre a questão. No recurso apresentado pelo juiz Appio, sua defesa afirma que o afastamento aconteceu sem um exame pericial mais aprofundado e apresenta o resultado de duas perícias que contestam que a autoria da mensagem de ameaça seja dele.

REVOGAÇÃO

Por parte de Tony Garcia, seus advogados protocolaram ação no STF pedindo a revogação de uma decisão de Gabriela Hardt tomada duas semanas atrás contra ele no TRF 4. A ação pediu para serem avaliadas ilegalidades que teriam sido cometidas por Moro no acordo feito pela Justiça com ele para “colaboração”, mas a avaliação foi negada. A defesa de Garcia argumenta, no STF, que a posição da juíza ao não acolher o pedido levou em conta a “relação de amizade existente entre ela e Sérgio Moro”.

REPRESENTAÇÃO

Já Gabriela Hardt entrou com uma representação criminal jun-



to ao Ministério Público Federal contra Garcia por “crime contra a honra” e, por conta disso, se considerou impedida de continuar julgando recursos apresentados por seus advogados. Sergio Moro, por sua vez, chamou as denúncias de “infundadas” e frisou que consistem num “relato mentiroso e dissociado de qualquer amparo na realidade ou em qualquer prova”.

COMEÇO DE TUDO

REVISÃO DE PROCESSO LEVOU A DENÚNCIAS CONTRA MORO

Hylda Cavalcanti

A confusão toda, que levou à entrevista bombástica do ex-deputado estadual e empre-

sário paranaense Tony Garcia, começou bem antes de estourar a Operação Lava Jato. Garcia foi preso em 2004, acusado de



gestão fraudulenta no Consórcio Garibaldi. Ele afirmou, na entrevista que concedeu há poucos dias, que resolveu colaborar com o juiz Sergio Moro depois de ter constatado que se não agisse como o que definiu de “um agente infiltrado” sua situação ficaria difícil.

“APODRECER”

“Eu iria apodrecer na cadeia”, declarou. E por conta disso, sua primeira iniciativa foi informar a Moro a localização do vídeo sobre o qual ele tinha conhecimento por conhecer a pessoa que o gravou. O vídeo foi apreendido pelo ex-juiz e a partir de então, segundo ele, foram feitos vários favores e buscas de informações para ajudar em investigações diversas da 13ª vara federal de Curitiba.

“POSTURA DIFERENTE”

Interessado em ver sua situação junto ao Judiciário revista, o empresário entrou com um recurso para reavaliação da sua condição. E na ocasião, rela-



tou a entrega desse vídeo da chamada “festa da cueca” ao então juiz da 13ª vara federal, Eduardo Appio, que ficou de encaminhá-lo, assim como todo o caso de Garcia, para o STF. Dias depois, Appio foi afastado pela corregedoria do TRF 4. A 13ª vara, então, voltou a ser ocupada pela juíza Gabriela Hardt, que é ligada a Moro.

VÍDEO DISPUTADO



“Ele [Sergio Moro] queria porque queria o vídeo. Eu indiquei um endereço em São Paulo quando fui novamente chamado. Ele me cumprimentou e disse que a operação tinha sido bem-sucedida. Ou seja, pegaram o vídeo”, disse Tony, na entrevista. Moro, no entanto, não teria revelado o que fez com o registro da festa. O empresário contou que embora tenha pego a continuida-

de dos trabalhos do juiz Appio, a juíza Gabriela adotou postura diferente na condução do caso. “Ela não tomou nenhuma providência no sentido de que as denúncias feitas por mim, por meio da minha defesa, fossem apuradas”, criticou.

“AMARRADO AO ACORDO”

Os advogados de Tony Garcia pediram para que fossem tomados os depoimentos de testemunhas que participaram da celebração do acordo feito pelo Judiciário com ele 19 anos atrás e também de uma colaboração mais recente, feita 2018, que envolve o ex-governador do Paraná e hoje deputado federal Beto Richa (PSDB).

INFILTRADO

“Eles me amarraram nesse acordo durante 10 anos. Ficaram me usando para obter informações, usaram da minha amizade com o Eduardo Cunha (ex-deputado) para eu colher informações de operadores do PT, operadores da Petrobras, operadores do José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil), de tudo. Queriam pegar tudo. Con-tei tudo à juíza, disse que recebia ordens

diretas do Moro, que ele pedia para eu ir sem advogado. Eu fui 40 vezes ao MPF, fiquei trabalhando para eles, me fizeram de funcionário”, frisou. “Agora, quando pedi revisão da minha situação, ela passou por cima de tudo”, denunciou.

ARTIGO

TONY GARCIA: O HOMEM BOMBA

Alexandre Santos

É presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco e coordenador nacional da Câmara Brasileira de Desenvolvimento Cultural.



Nestes últimos dias, a política brasileira vem sendo movimentada por ilações decorrentes do reaparecimento do empresário Tony Garcia, que, depois de depoimentos arrasadores nos tempos áureos da Lava Jato, passou longo período desaparecido e, agora, com discurso repaginado, volta aparentemente disposto a desfazer o mal por ele cometido por ocasião do golpe de 2016.

UM DELATOR QUALIFICADO

Oriundo da poderosa oligarquia paranaen-

se, o então deputado estadual Tony Garcia cometeu estripulias próprias da sua categoria e, como tantos outros, caiu nas garras do então juiz Sérgio Moro e, devidamente chantageado, passou a cumprir tarefas que, embora qualifiquem as denúncias feitas agora, não o dignificam em nada. Com efeito, mediante ameaças de detenção e multas pesadas, Sérgio Moro converteu Tony Garcia em seu capacho, exigindo os termos da sua delação premiada, ditando suas palavras nas eventuais entrevistas e usando-o como agente para serviços abjetos, inclusive para inventar denúncias (como fez contra José Dirceu, Dilma Rousseff, Lula e o PT) e servir de informante da Lava Jato.

A CONVERSÃO DO DELATOR

Agora, motivado pelas recentes reviravoltas na 13ª Vara de Curitiba, com a remoção do juiz Eduardo Appio, Tony Garcia resolveu falar. E é com a experiência de quem cumpriu muitas missões sujas a mando de Sérgio Moro que Tony Garcia escancara a voz para dizer coisas que, se ditas há seis anos, o Brasil não teria passado por aquilo

que passou desde 2016.

O MAR DE LAMA

Os fatos narrados por Tony Garcia são terríveis. Vamos a alguns deles: 1) a conivência de Sérgio Moro com os procuradores do Ministério Público de Curitiba iniciou-se nos anos de 2000, quando passaram a usar a chantagem de acusados e réus como instrumento regular de trabalho, como aconteceu com ele próprio e com o doleiro Alberto Yousseff; 2) antes de se tornar a figura central da Operação Lava Jato, Sérgio Moro já exercia o comando de uma ‘organização criminosa’ especializada em tortura psicológica, coação de réus, manipulação de provas e testemunhos, e chantagem a instâncias judiciais superiores, encarregadas da revisão e eventual anulação de suas decisões; 3) graças ao trabalho sujo de Tony Garcia, Sérgio Moro obteve informações comprometedoras sobre desembargadores do TRF-4 e do STJ, incluindo da famosa ‘festa da cueca’, ocorrida no Hotel Bourbon, em Curitiba; 4) em 2021, tomado por um laivo de coragem, Tony Garcia denunciou os métodos de Sér-

gio Moro à juíza Gabriela Hardt, que, como não podia ser diferente, mandou arquivar o depoimento.

É PRECISO IR FUNDO NESTAS DENÚNCIAS

Tendo em vista a gravidade das denúncias, o deputado Rogério Correia se apresou em convocar Tony Garcia para prestar esclarecimentos à Câmara e, por sua vez, o ex-senador Roberto Requião propôs a sua convocação pela Comissão de Constituição e Justiça criando a oportunidade para sua acareação com Sérgio Moro.

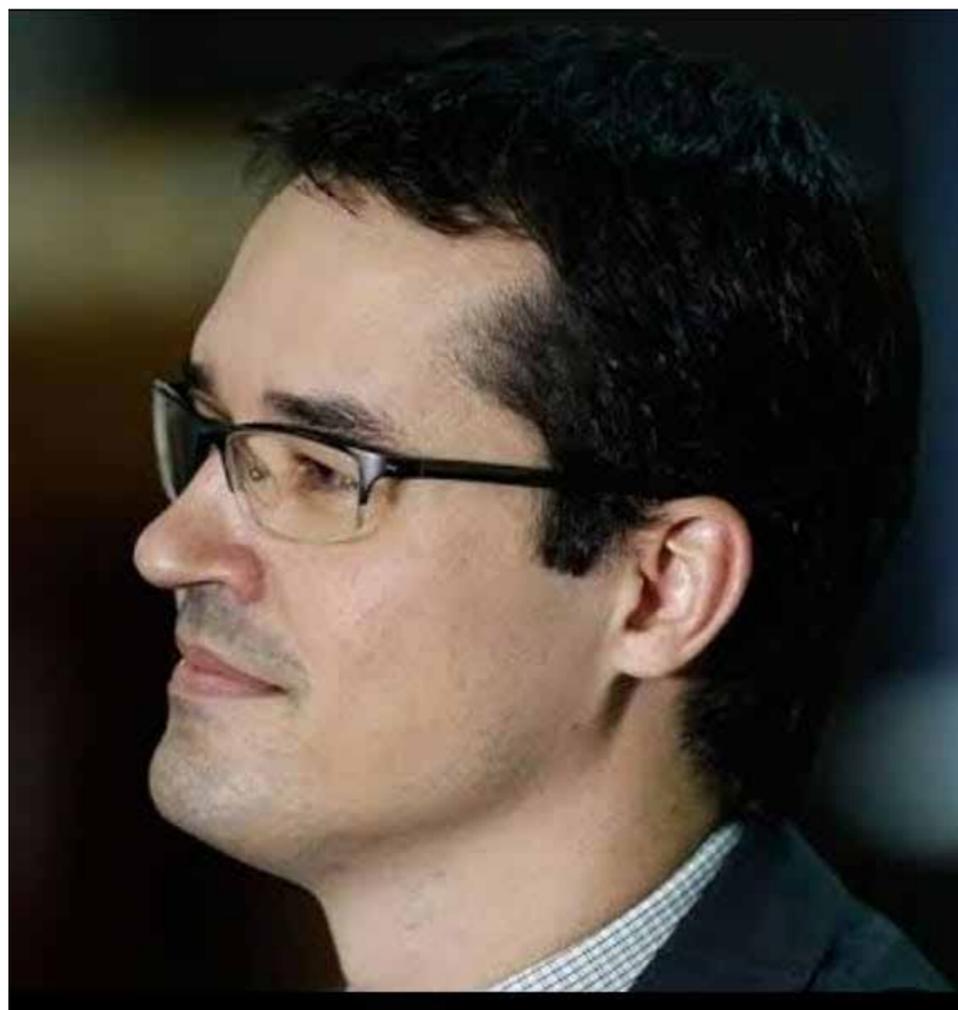
A CARREIRA POLÍTICA DE MORO ACABOU

O rol das irregularidades denunciadas por Tony Garcia é enorme e, além de prováveis implicações jurídicas, como diz Joaquim de Carvalho, “representa o enterro moral da breve carreira parlamentar de Moro”.

ADEUS, DELTAN

CASSAÇÃO DO ALGOZ DE LULA FOI ACEITA. PODE RECORRER SEM MANDATO

Mesa Diretora da Câmara acabou de acatar a decisão do TSE e cassou o mandato do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR).



Em 16 de maio deste ano, o Tribunal Superior Eleitoral indeferiu o registro de candidatura do parlamentar sob a alegação de que ele infringiu a Lei da Ficha Limpa. Na visão dos ministros, Deltan pediu exoneração do Ministério Público Federal para fugir dos procedimentos administrativos impetrados contra ele no Conselho Nacional do Ministério Público e no STF.

FICO

Nas últimas duas semanas, Deltan intensi-

ficou sua campanha para tentar manter o mandato e esperava uma boa vontade da corregedoria da Câmara, o que não aconteceu. Assim, o deputado Domingos Neto (PSD-CE), esperou apenas pela manifestação oficial da defesa de Deltan para determinar a cassação de mandato.

A Mesa Diretora analisou apenas os aspectos formais relacionados à cassação do TSE, mas não adentrou ao mérito. A decisão contra Dallagnol foi unânime. Agora, o ex-procurador da Lava Jato vai esperar apenas a notificação da Câmara para entregar seu gabinete em Brasília e sua estrutura parlamentar.



FIM DA LINHA

O TSE acatou uma ação de autoria da Fe-

deração Brasil Esperança (PT, PCdoB e PV) e do Partido da Mobilização Nacional (PMN). Deltan se elegeu deputado federal com 344,9 mil votos.

Em seu voto, Gonçalves invocou a teoria de fraude a lei para justificar seu parecer.

FRAUDOU

“Quem pretensamente renuncia a um cargo para, de forma dissimulada, contornar vedação estabelecida em lei, que é a indisponibilidade de disputar a eleição, incorre em fraude à lei”, argumentou o magistrado no julgamento. “Não há óbice a que esse Tribunal Superior Eleitoral reconheça, na prática de determinado ato revestido de licitude, fraude à lei praticada com propósito de contornar vedação prevista na norma jurídica.”

DEFESA

A defesa de Deltan alegou durante o julgamento que os argumentos apresentados são descabidos porque Deltan não respondia a nenhum processo disciplinar quando saiu do Ministério Público e a Justiça Federal já anulou a condenação do TCU.

COMENTÁRIO

VILLA DIZ QUE CASSACÃO CUMPRE A LEI



Marco Antonio Villa analisou, ontem, quarta-feira (07/06), na CNN, a confirmação da cassação do deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) pela Câmara dos Deputados, e afirmou que tanto a Casa Legislativa quanto o Tribunal Superior Eleitoral “apenas cumpriram a lei”.

DURA LEX SED LEX

“A Câmara e o TSE fizeram apenas o mero cumprimento da lei. É estranho que um ex-procurador da República não saiba das leis eleitorais. Agora, o próximo que deve seguir o mesmo caminho, e é legislação, não perseguição, é o Sergio Moro”, disse Marco Antonio Villa, que é comentarista no programa CNN Novo Dia, de segunda a sexta-feira.

MAIS BRONCA

DELTAN DALLAGNOL CONDENADO A DEVOLVER DINHEIRO IRREGULAR QUE RECEBEU DA LAVA-JATO

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou, ontem, quarta-feira, 07/06, por maioria de vo-



tos, um recurso do ex-procurador Deltan Dallagnol e manteve as apurações conduzidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o recebimento de diárias, passagens e gratificações pela força-tarefa da Lava Jato no Paraná. Com isso, também estão válidas as condenações sofridas por ele e procuradores no TCU.

PAGAMENTOS ILEGAIS

O TCU investiga desde 2020 os pagamentos a procuradores que atuaram na ope-

ração em Curitiba, entre eles, Deltan Dallagnol. O processo foi aberto a pedido de parlamentares e do Ministério Público junto ao tribunal. A Corte de Contas diz ter encontrado algumas irregularidades nos pagamentos e decidiu aprofundar as investigações.

CORPORATIVISMO

No entanto, a Justiça Federal do Paraná atendeu a um pedido de Deltan e suspendeu o procedimento somente em relação ao ex-procurador. A decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). O mesmo que, segundo as acusações correntes, sofria chantagens sexuais do ex-paladino da ética e da moral, Sergio Moro. Em junho de 2022, o então presidente do STJ, ministro Humberto Martins, autorizou a retomada das apurações.

RESSARCIR

Dois meses depois, com a autorização para a retomada, a Segunda Câmara do TCU decidiu condenar Deltan, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot e o procurador João Vicente Romão a ressarcir

os cofres públicos pelo dinheiro gasto pela força-tarefa da Lava Jato com diárias e passagens. O ressarcimento deverá ser de R\$ 2,8 milhões. Contra essa determinação, o ex-coordenador da força-tarefa apresentou o recurso, julgado e negado ontem.

HOMEM BOMBA 2

TACLA DURAN AUTORIZADO A CONTAR O QUE SABE

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu anteontem, terça-feira (06/06) um salvo conduto para que o advogado Rodrigo Tacla Duran, atualmente morando em Madrid, possa vir presencialmente ao Brasil e depor na Câmara dos Deputados sem o risco de ser preso. Duran atuou como advogado da Odebrechet e acabou com prisão decretada, em 2016, sob diversas acusações, inclusive lavagem de dinheiro, por ordem do então juiz Sérgio Moro. Duran escapou para a Espanha e por ter dupla nacionalidade não foi extra-

ditado. Entretanto, disse que só conseguiu escapar porque subornou a Força-Tarefa. Recentemente sua prisão foi revogada e depois restabelecida.

CASO COMPLICADO

Nesse vai e vem, o caso vai se complicando cada vez mais. O procurador que restabeleceu a ordem de prisão contra Tacla Duran seria pai de um dos sócios do escritório de familiares do ex-juiz e atual senador Sergio Moro. Para piorar as coisas, o então ministro do STF, Ricardo Lewandovski, deu ordem para suspender as investigações contra Duran, mas não foi obedecido. Uma bagunça completa. Até que Dias Toffoli deu o freio de arrumação. Avocou o caso ao STF e agora autorizou a entrada (e saída) de Duran do Brasil para passar a limpo essa lambuzeira.

AUDIÊNCIA

Duran será ouvido no dia 19 de junho na Comissão de Administração e Serviço Público para falar sobre denúncias de extorsão no âmbito da Operação Lava Jato.

DE ACUSADO A ACUSADOR

O advogado é um dos principais acusadores do ex-juiz e atual senador Sergio Moro (União-PR). Tacla Duran foi acusado na Lava Jato de lavagem de dinheiro. As confusas investigações contra ele, como foi dito, foram suspensas pelo STF.

A VOZ DAS SOMBRAS

Dias Toffoli analisou um pedido feito pela Câmara para que o advogado seja colocado à disposição do parlamento para falar sobre "denúncias gravíssimas". O ministro do STF determinou que o Ministério da Justiça e a Polícia Federal adotem as medidas necessárias para garantir a segurança e o livre trânsito do advogado na entrada e saída do país para assegurar o depoimento aos deputados.

VERSÃO DE DURAN

Rodrigo Tacla Duran diz que foi obrigado a sair do país em decorrência de perseguições da operação Lava-Jato e que pagou para não ser preso. O caso estava tramitando na primeira instância, mas foi envia-

do ao Supremo após o advogado citar, durante um depoimento à 13ª Vara Federal de Curitiba, o nome do ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União-PR) e do ex-procurador Deltan Dallagnol.

No final de março, Duran, que mora em Madrid, afirmou em depoimento à 13ª Vara Federal de Curitiba ter sido alvo de um “bullying processual” na Lava Jato. Ele também declarou ter sido vítima de uma suposta tentativa de extorsão e citou o ex-juiz e o ex-procurador.

AGORA

Caso tudo corra conforme planejado e Taca Duran consiga provar suas acusações, dificilmente Moro e Dallagnol escaparão do destino para onde enviaram tantos brasileiros sem base jurídica e utilizando métodos criminosos.

QUEM COM FERRO FERRE...

Caso esse ainda aparentemente remoto encaminhamento ocorra, teremos mais uma vez, ironicamente, posta em prática a "Vox Populi, Vox Dei".

O IMPOSSÍVEL ACONTECE

JOSÉ NIVALDO JUNIOR

TUDO PELOS ARES

AMOR E CÓLERA EM TEMPOS DE LAVA JATO

BAGAÇO

E bem diante dos nossos olhos. Atenha-se aos fatos, tente deixar de lado o que você pensa sobre isso tudo.

Seja sincero: no auge da Lava-Jato, você ou alguém seria capaz de imaginar uma reviravolta dessas?

A vida é mesmo "uma coisa cheia de nó pelas costas", como define o romance "O ATESTADO DA DONZELA 2", do nosso diretor-geral José Nivaldo Junior, que faz parte da Academia Pernambucana de Letras. Autor, também, do atualíssimo romance, lançado em 2018, "TUDO PELOS ARES - Amor e Cólera nos Tempos da Lava Jato". Edição esgotada.

PARA COMPARTILHAR MATÉRIAS, ACESSE

www.jornalopoder.com.br - NOTÍCIAS



A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

ACESSE E ASSINE GRÁTIS

www.jornalopoder.com.br

**19H
NO SEU
CELULAR**

Sugestões de pauta:

redacaopoder@gmail.com

Anuncie:

comercialopoder@gmail.com

Filiado à

